

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.608 - CE (2019/0092659-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : GLEILSON RODRIGUES LIMA
ADVOGADO : RAFAEL SILVA MACHADO - CE024797
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **GLEILSON RODRIGUES LIMA** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Na origem, constata-se denúncia em desfavor do recorrente pela suposta prática de homicídio qualificado.

Impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, foi a ordem denegada, nos termos da seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CORRUPÇÃO DE MENORES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. INVIABILIDADE. PRESENTES OS REQUISITOS DO ARTIGO 41 DO CPP. ALEGATIVAS DA DEFESA ENVOLVEM EXAME PROBATÓRIO. NÃO CABIMENTO. VIA (1, INADEQUADA. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. o 1. O trancamento da ação penal pela via de Habeas Corpus só é possível em situações excepcionais e quando se encontrar manifestadamente ausente justa causa para o seu prosseguimento, seja pela comprovação evidente de excludente de tipicidade, extinção da punibilidade, inépcia da denúncia ou inexistência de prova de materialidade do crime ou indícios da autoria o delitiva. ct 2. A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP, na medida em que o fato delituoso imputado ao paciente fora narrado de forma detalhada. o 3. A defesa requer o trancamento da Ação Penal, ante o argumento de que não existem nos autos provas concretas da autoria no crime, nota-se que a o matéria se confunde com o próprio mérito do feito originário, porquanto o que a defesa pretende é o aprofundamento na análise das provas, o que se C.5 mostra inviável em sede de Habeas Corpus. 4. Ordem conhecida e denegada".

No presente recurso, o recorrente sustenta constrangimento ilegal diante da ausência dos requisitos legais do art. 41 do Código de Processo Penal.

Destaca ausência de justa causa para o deslinde da ação penal.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em seu favor.

No mérito, pugna pelo provimento do recurso, a fim de que seja concedida a ordem e revogada a prisão preventiva e, subsidiariamente, aplicado o art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade coatora, bem como a senha de acesso para a consulta do processo n. 0748047-31.2014.8.06.0001, a serem prestadas preferencialmente por meio de malote digital, no prazo de 5 dias.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

